

Governo define como será negociação com FMI

Etevaldo Dias

BRASÍLIA — O governo já definiu a estratégia para negociar com o Fundo Monetário Internacional. O Ministério da Fazenda intensificará o intercâmbio de missões técnicas com o FMI e iniciará amplo trabalho de esclarecimento da opinião pública para demonstrar que a ida ao Fundo não significa humilhação à soberania nacional. A chave para dobrar a resistência do PMDB será a utilização do orçamento da União — que contém as metas de desenvolvimento e foi aprovado pelo partido — no qual está previsto déficit público de CZ\$ 600 bilhões, (2% DO PIB) para preparar a proposta ao Fundo. “A proposta será gerada a partir dos números submetidos ao Congresso, portanto democraticamente debatidos pela sociedade”, disse o ministro Mailson da Nóbrega a um assessor do Palácio do Planalto.

O ministro espera, como revelou a assessores, um acordo com o Fundo no prazo aproximado de três meses, tempo que levará a reaproximação e a negociação. Também não quer vincular o acordo com o FMI às negociações com os banqueiros privados atualmente em curso, por achar que poderá convencê-los, antes da formalização, de que o Brasil efetivamente fechará acordo com o Fundo. “My word, my bond” — “Minha palavra, minha garantia” — receita o ministro Mailson, para justificar por que não pretende suspender as conversas com os banqueiros até o acordo com o FMI. Também não deseja vincular o acordo com os bancos ao do FMI, para evitar uma cláusula habitual estabelecendo que, caso o Fundo suspenda seus empréstimos, os bancos também suspenderão. A desvinculação permite que, caso o Brasil não atinja as metas estipuladas pelo FMI, isto não repercuta no acordo com os banqueiros.

A decisão — A ida do Brasil ao

Fundo, cogitada desde a administração do ministro Bresser Pereira, foi decidida pelo presidente José Sarney em reunião realizada quinta-feira no Palácio do Planalto, com a participação de Marcílio Moreira Marques, embaixador brasileiro em Washington, e do presidente do Banco Central, Fernando Milliet, com o ministro Mailson da Nóbrega.

Nesta reunião, o ministro mostrava-se preocupado com o endurecimento dos banqueiros, que estavam exigindo o pagamento imediato dos juros devidos, mesmo antes do fechamento do acordo. O ministro lembrou na reunião que os negociadores vinham usando argumento difícil de responder. “Eles dizem que não têm como justificar novos empréstimos ao Brasil se o FMI, órgão oficial, mantém em suspenso sua ajuda”. A opinião de todos os participantes da reunião era a mesma: o anúncio da volta do Brasil ao FMI significaria grande trunfo. O presidente concordou que se desse início imediato à operação de retorno ao Fundo.

A exigência — Neste momento Mailson da Nóbrega viu cumprida a principal condição para aceitar o cargo de ministro: refazer toda a estratégia da renegociação da dívida externa. A primeira vez que Mailson expôs sua condição, como revelou fonte do Palácio do Planalto, foi no dia seguinte à saída do ministro Bresser Pereira, quando o ministro Ronaldo Costa Couto avisou: “Creio que você será o escolhido. Vá pensando em uma política para o ministério e nos nomes da equipe”. Mailson, ao invés de agradecer a informação, disse que via dificuldade em aceitar o convite se o país continuasse a conduzir a negociação da dívida externa como vinha fazendo. Lembrou que se sentira envergonhado em Londres com as bravatas de autoridades brasileiras tentando infantilmente enfrentar o sistema financeiro internacional. Costa Couto tranquilizou-o: “Isto tudo pode mudar”.